

Entidade Reguladora analisa despacho polémico de Correia de Campos

Pedido feito pela Federação dos Prestadores de Cuidados de Saúde, que, tal como a Ordem dos Médicos, considera o documento ilegal

A Entidade Reguladora da Saúde vai analisar o despacho do ministro da Saúde onde se considera incompatível que um funcionário dos serviços públicos exerça cargos de chefia em clínicas privadas. A análise foi pedida pela Federação Nacional dos Prestadores de Cuidados de Saúde (FNS), que, tal como a Ordem dos Médicos, considera o documento ilegal

O despacho - assinado há um mês pelo ministro Correia de Campos - recomenda às administrações das unidades do Serviço Nacional de Saúde que considerem "incompatível" que os seus funcionários coordenem ou dirijam unidades privadas de saúde. O ministro alega que a acumulação de funções "é passível de comprometer a isenção e a imparcialidade" dos profissionais, com "risco de prejuízo efectivo para o interesse público".

O objectivo da tutela foi travar a saída de profissionais dos hospitais para unidades privadas da região de Lisboa (entre elas, o Hospital da Luz, do Grupo Espírito Santo). Mas a FNS e a Ordem dos Médicos alegam que o documento é ilegal, porque um despacho não pode revogar a legislação em vigor sobre incompatibilidades. Dizem também que, se for levado à letra pelas administrações hospitalares, pode implicar a saída de muitos profissionais dos serviços públicos. A FNS, que representa clínicas de diálise e de medicina física e reabilitação, diz que estas especialidades serão as mais afectadas e que ou fecham os serviços hospitalares ou as clínicas privadas.

Na semana passada, os médicos solicitaram ao provedor de Justiça e ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa que considerem o documento ilegal. Agora a FNS quer que a Entidade Reguladora se pronuncie sobre o documento, o que, segundo a Lusa, deverá ser feito "brevemente". J.F.C.